

NOTAS SOBRE A CORRESPONDÊNCIA ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E FORMAS IDEOLÓGICAS

João Bonett Neto
(FIAM-FAAM)
jn.bonett@hotmail.com

Apresentação

Esta comunicação constitui tentativa de expor e de submeter à reflexão coletiva as conclusões da dissertação “planejamento urbano e formas ideológicas no Brasil – o caso de São Paulo”, desenvolvida no programa de pós-graduação FAU-USP. No âmbito deste encontro, busca-se abordar o planejamento urbano brasileiro e as idéias por trás de seu desenvolvimento como produtos de contextos ideológicos, cujo grau de realização é determinado pela base econômica e social que constitui o princípio de organização da sociedade brasileira.

Assim, o artigo enquadra-se na discussão sobre a trajetória das idéias, representações e experiências urbanísticas no Brasil e soma-se aos esforços que objetivam construir interpretações e alternativas acerca do impasse que se apresenta à realidade urbana e ao planejamento contemporâneos. De tal modo, o texto a seguir é estruturado em quatro tópicos. Primeiramente, busca assinalar e justificar os principais pontos que constituíram os objetivos, os argumentos e o método do trabalho. Em sequência, sintetiza o arcabouço conceitual do qual se ergue a interpretação. No terceiro tópico, desenvolve, por meio do estudo de caso enfocando dois distintos momentos do planejamento em São Paulo – PUB-1968 e PDE-2002 –, a hipótese anteriormente delineada. Por fim, procura explorar as considerações do trabalho no contexto atual de crise e transformações no cenário urbano brasileiro.

Objetivo, argumento e método

A pesquisa de mestrado a que se refere este artigo teve um duplo objetivo: analisar as diferenças e o significado concreto das experiências brasileiras de planejamento urbano no período 1960-2010, explorando-as mediante uma compreensão da sociedade e dos respectivos contextos ideológicos em que se inserem. Tendo em vista esse propósito, busca-se tecer uma relação entre o processo social no Brasil – a *dialética da acumulação entravada* (DEÁK, 1990) – e as formas ideológicas que tal processo ostenta – nomeadamente, Social-

Democracia e o neoliberalismo. Essa estrutura de trabalho teve como base um estudo de caso enfocando o planejamento na Cidade de São Paulo.

Assim, partiu-se da interpretação que, no âmbito da retórica, os planos urbanísticos apresentam-se de maneiras substancialmente distintas por fazerem parte de contextos ideológicos diversos, mas que, na prática, são condicionados pela atuação do Estado na reprodução inalterada da ordem social brasileira. Desse modo, defendeu-se que a particularidade de cada proposta de organização espacial remonta à matriz de pensamento subjacente a sua concepção, sendo seu grau de materialidade e efetividade ideológica correspondente à aderência de cada ideário à base econômica e social da nação.

Mais precisamente, sustentou-se, de um lado, que os planos elaborados na conjuntura Social-Democrata – como o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB-1968) – não representaram o que foi empreendido de fato sobre a realidade urbana do País, constituindo um ensaio inócuo e inconseqüente perante a dinâmica nacional. Por outro, argumentou-se que aqueles concebidos nos moldes do neoliberalismo – a exemplo do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-2002) – coadunaram-se à ação praticada desde sempre pelo Estado brasileiro, sendo, de tal maneira, incorporados ao ordenamento institucional como um elemento de perpetuação do status quo.

O trabalho perseguiu uma contribuição para a discussão sobre a história do planejamento urbano brasileiro, assim como, para a compreensão das idiossincrasias das propostas urbanísticas no Brasil. Além do levantamento e sistematização de informações sobre a elaboração dos planos, procurou-se trazer a debate a flagrante insuficiência das políticas públicas nas questões urbanas do País. Seguiu-se, dessa forma, uma linha de investigação que se considera essencial para qualquer tentativa de abordar a história do planejamento urbano e, conseqüentemente, de compreender o papel e as limitações desse instrumento como um meio de transformação da sociedade brasileira.

Metodologicamente, buscou-se confrontar a evolução do planejamento urbano a um estudo mais amplo da história nacional, e, ao mesmo tempo, tomar os planos urbanísticos como objetos de uma análise empírica acerca das formas ideológicas vivenciados no País. Com isso, além de explorar a validade da hipótese anteriormente delineada, tentou-se evitar uma abordagem meramente descritiva ou uma discussão restrita ao campo do urbanismo, esperando ainda, mostrar a relevância do processo de planejamento urbano para experimentar conjecturas que perpassam questionamentos sobre o desenvolvimento político, os reajustes institucionais e a renovação do pensamento econômico no Brasil.

Apesar de os planos urbanísticos comporem apenas uma parte desse arranjo de idéias e proposições, refletem, de maneira específica e muito tangível, seu movimento de constituição ou reconstituição. Como os planos nacionais e setoriais, os planos urbanísticos – municipais ou metropolitanos – são documentos oficiais que traduzem, em diretrizes supostamente operáveis, o discurso e a lógica do Estado, indo além das indicações gerais de um plano nacional e o caráter essencialmente técnico de um plano setorial. Dessa maneira, representam a forma mais concreta dos projetos de intervenção estatal que se desencadeiam por todos os níveis de governo, sendo, assim, um importante campo para estudos.

Diante disso, este trabalho centrou-se no planejamento urbano da cidade de São Paulo. A escolha de tal recorte deve-se ao fato de São Paulo constituir um dos exemplos mais importantes, mais ilustrativos e bem documentados do urbanismo brasileiro. Tal, entretanto, não impede que a análise possa ser estendida a outras cidades brasileiras.

A delimitação temporal dessa investigação, por sua vez, foi fundamentada na periodização dos contextos ideológicos experimentados no Brasil. De tal modo, enfocou-se os períodos que compreendem o auge dos ideários social-democrata e neoliberal, representados, respectivamente, pelos planos PUB-1968 e PDE-2002. Além disso, o trabalho procurou esquematizar um panorama geral da história brasileira, relativo tanto a sua evolução material quanto a sua organização institucional, para que fosse possível um cotejamento mais aprofundado entre o objeto específico de estudo e a realidade em que se insere.

Devido a limitações de formato, opta-se, aqui, por recorrer minimamente às referências bibliográficas, embora sua reunião tenha sido de extrema importância na constituição do arcabouço teórico do trabalho.

Dois contextos de planejamento urbano

O estudo do Plano Urbanístico de São Paulo (PUB-1968) e do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-2002) teve por objetivo a sistematização das constatações sobre as quais se desenvolve esta interpretação. A análise do Plano PUB buscou mostrar, por um lado, como essa iniciativa de planejamento urbano diferia significativamente da prática do Estado brasileiro no encaminhamento das questões relativas à estruturação da metrópole e, por outro, como suas recomendações nunca foram, de fato, levadas a cabo. O estudo do PDE-2002, ao contrário, visou à explanação de como o conteúdo de tal documento corresponde à deficiente política urbana implementada ao longo dos anos em São Paulo, e de como sua proposta foi prontamente absorvida no ordenamento institucional da Cidade.

Uma breve recapitulação das propostas dos planos, comparadas a infra-estrutura de fato instalada e o padrão real de ocupação da Cidade, ajuda a sintetizar essas observações. Abaixo a rede de transporte existente na década de 1960 e a atual, da década de 2000, mostram como a malha viária de São Paulo, importante elemento de estruturação do espaço urbano, não foi alterada, mantendo as características rádio-concêntricas das vias de circulação, pouco articuladas e distribuídas.

Na seqüência, o mapa de uso e ocupação do solo, elaborado pelos estudos do PUB, registra o desequilíbrio na distribuição entre a localização de residências e das atividades comerciais e industriais na Metrópole de São Paulo na década de 1960. Nota-se que tal conjuntura, confrontada aos mapas de densidade populacional e de distribuição do emprego do final dos anos 1990, sofreu praticamente nenhuma modificação.

Assim, verifica-se que a conformação do território de São Paulo, em ambos os períodos tomados como exemplo, remonta ao mesmo processo de estruturação, confirmando, apesar das diversas propostas de intervenção, a imutabilidade da dinâmica urbana.

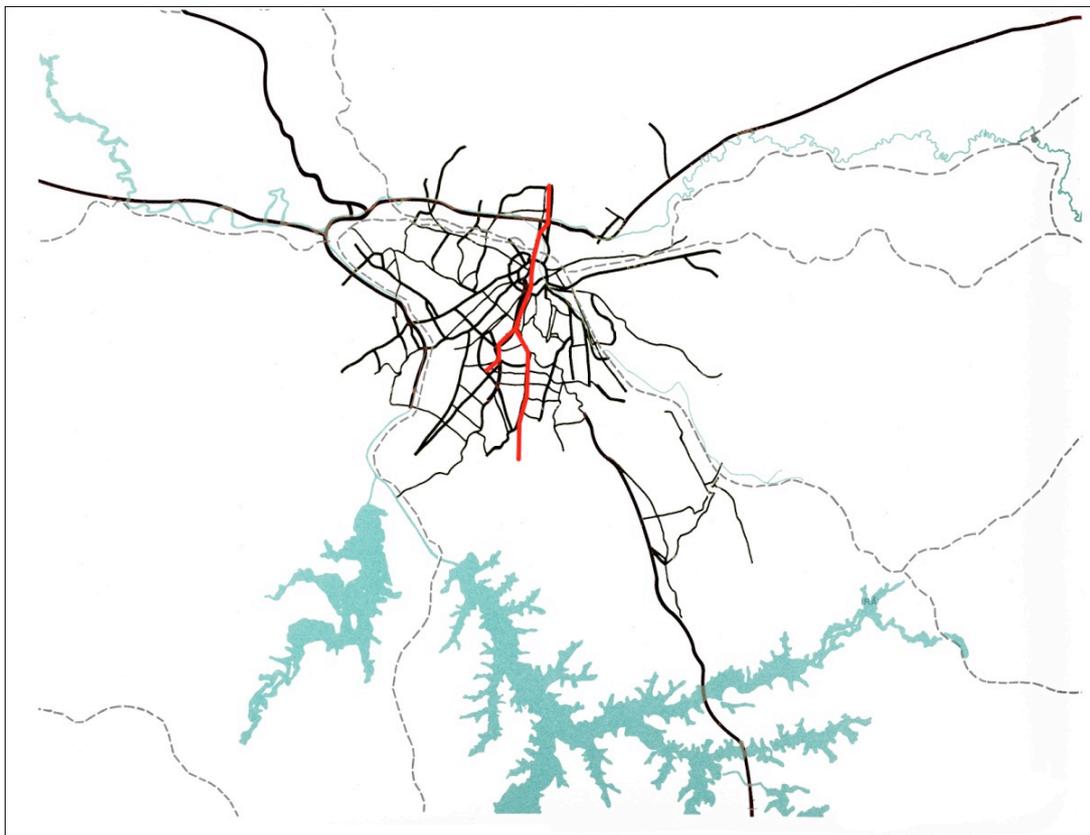


Figura 1 – Sistema viário principal existente na década de 1960.

Fonte: Adaptado de PUB – Relatório Sintético (1968).

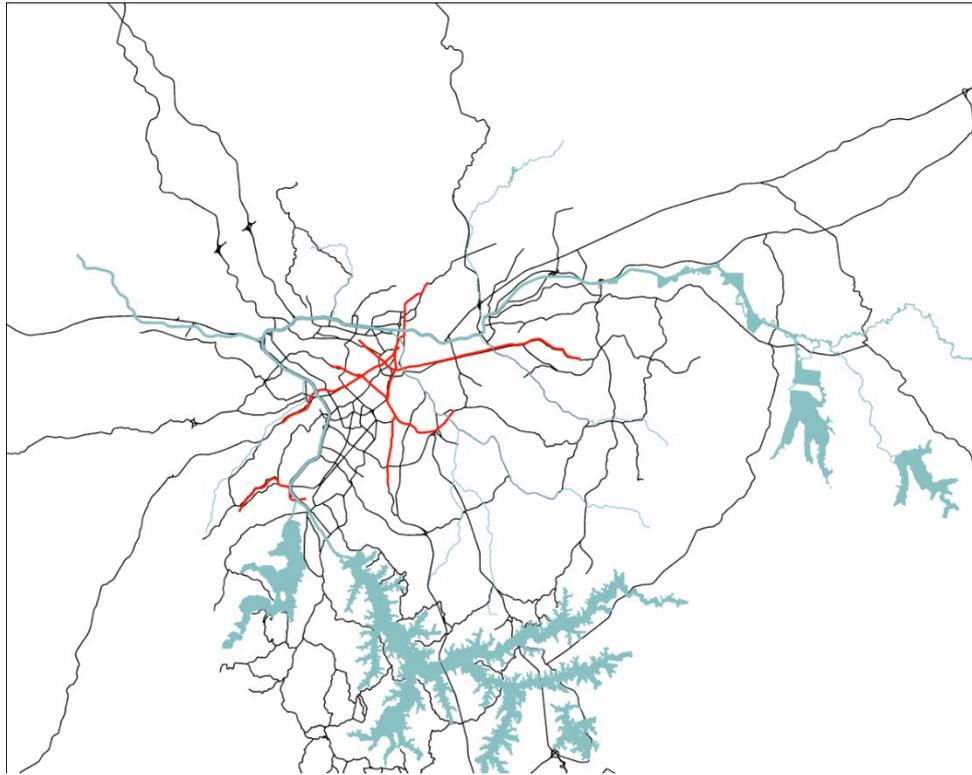


Figura 2 – Sistema viário principal existente na década de 2000.

Fonte: CESAD (2002).

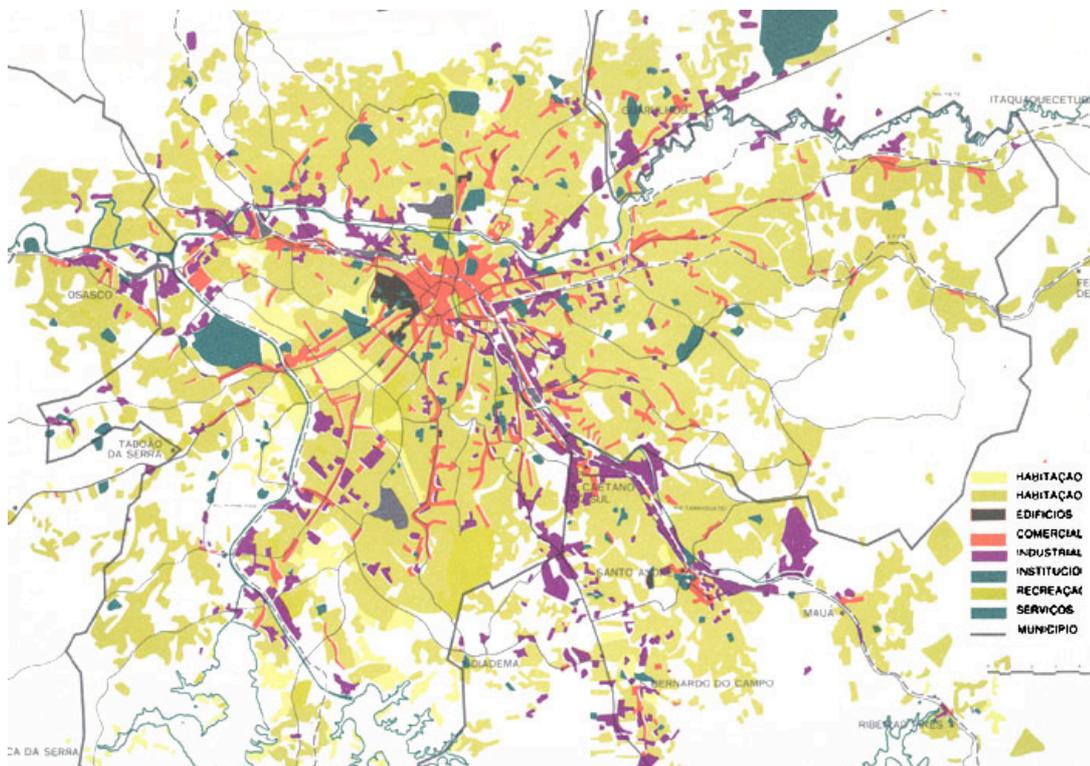


Figura 3 – Uso e ocupação do solo em 1968.

Fonte: PUB – Relatório Sintético (1968).

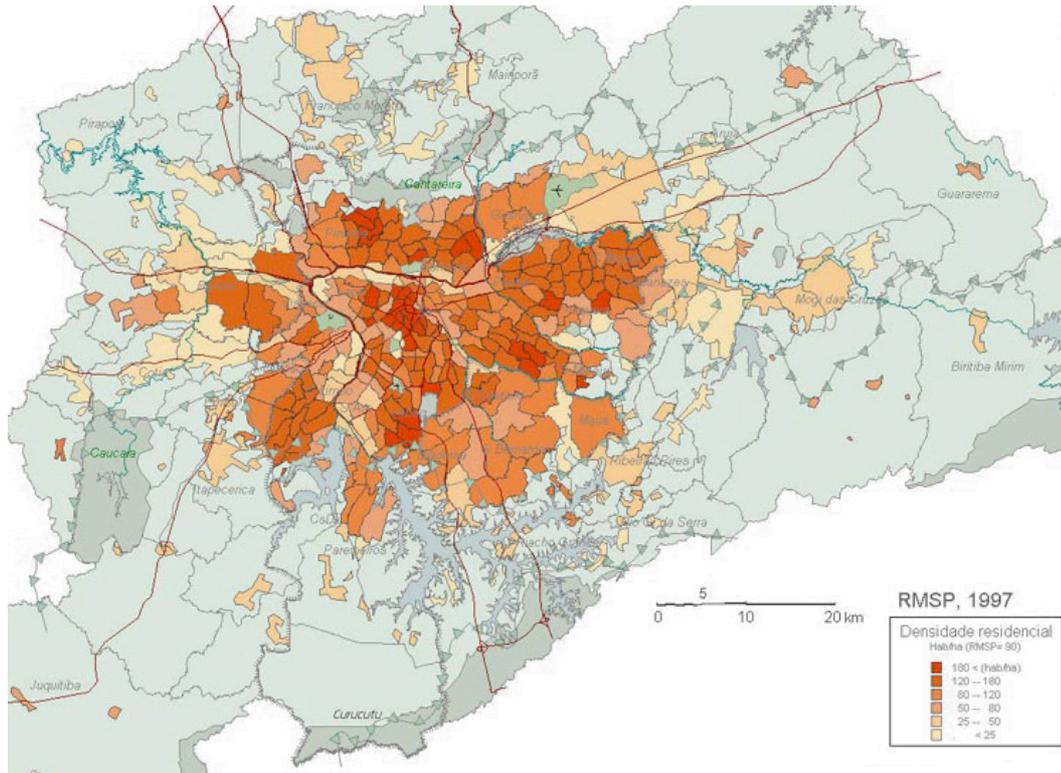


Figura 4 – Densidade residencial na RMSP em 1997.

Fonte: DEÁK-INFURB (1999).

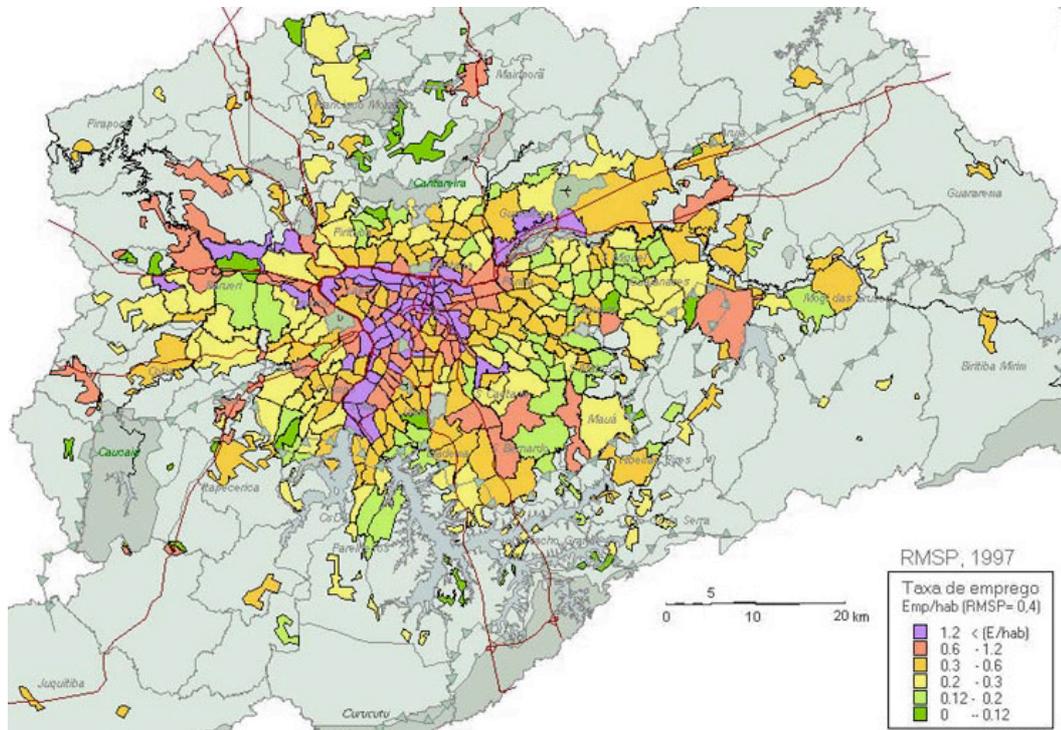


Figura 5 – Distribuição do emprego na RMSP em 1997.

Fonte: DEÁK-INFURB (1999).

Ante a essa realidade, os planos estudados traduziram duas distintas diretrizes de operação do Estado: uma completa reformulação, como delineada no PUB, e a institucionalização do processo vigente de estruturação urbana, implícita no escopo do PDE. Veja-se, a título de ilustração, os traçados viários projetados – página seguinte. Ao passo que nas recomendações do PUB isso representava uma extensa rede de vias expressas e linhas de metrô, rompendo qualquer tendência existente na implantação do sistema de transporte da Cidade; nos investimentos planejados pelo PDE a intervenção não passaria de pequenos prolongamentos da malha já consolidada.

Além disso, os dois planos apresentaram pontos diversos quanto ao ordenamento da ocupação urbana. Enquanto a proposta do PUB era a polinucleação da cidade, com o adensamento de seu núcleo principal e a implantação de infraestrutura que se estendia além dos contornos municipais e visava à estruturação da metrópole como um todo – figura 8 –; o PDE confirmou o esquema histórico de ocupação de São Paulo, ao congelar os investimentos em infraestrutura no centro da cidade e somando à malha urbana estabelecida projetos pontuais e desarticulados de melhoramento, todos restritos ao Município de São Paulo – ver figura 7.

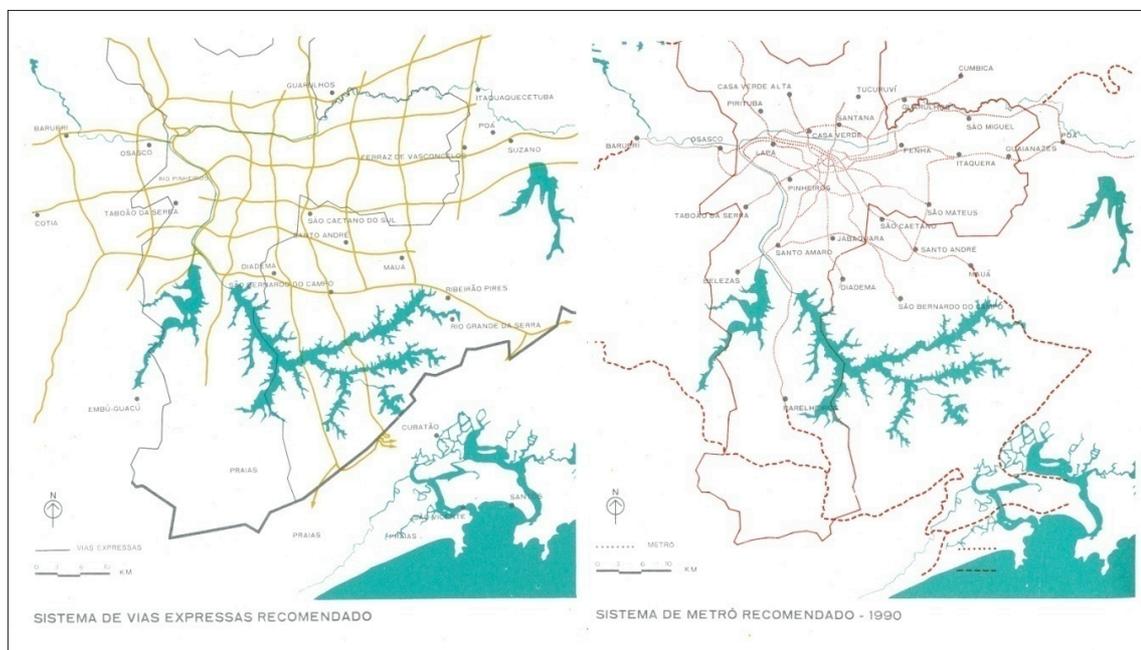


Figura 6 – Sistema de transporte proposto pelo PUB.

Fonte: PUB – Relatório Sintético (1968).

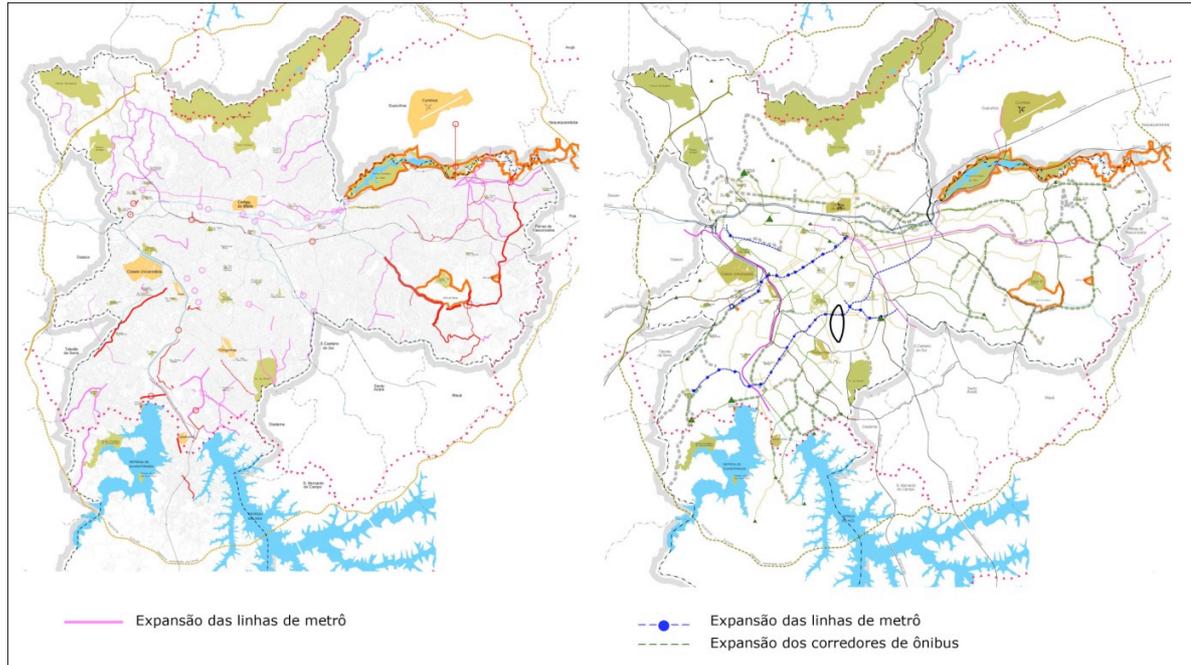


Figura 7 – Expansão do sistema de transportes proposto pelo PDE.

Fonte: PDE (2002).

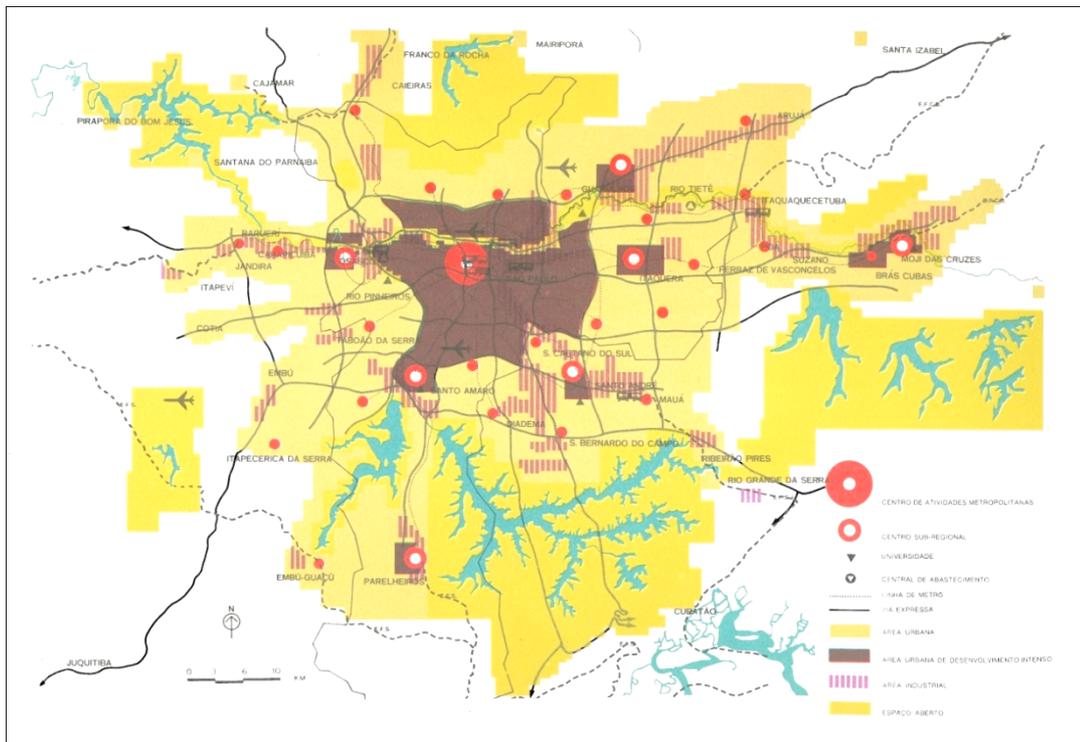


Figura 8 – Proposta de desenvolvimento urbano – PUB.

Fonte: PUB – Relatório Sintético (1968).

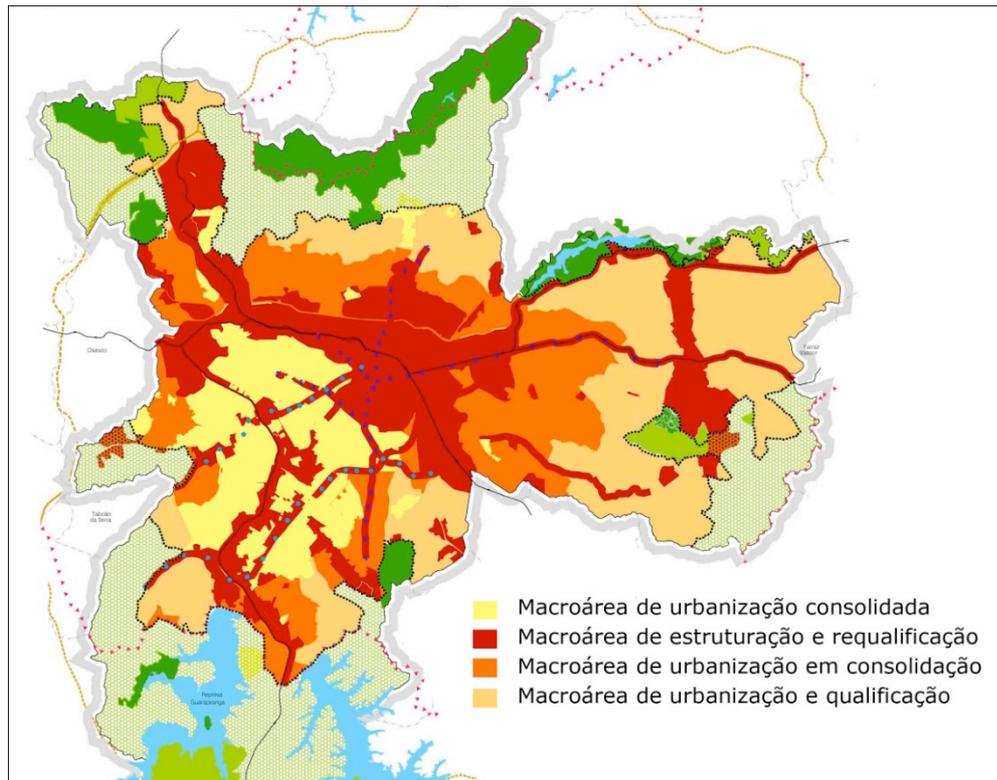


Figura 9– Proposta de desenvolvimento urbano – PDE.

Fonte: Adaptado de PDE (2002).

Fica evidente, portanto, a distância conceitual entre ambas as propostas, bem como, a descontextualização da primeira em relação ao processo real de configuração da Cidade, e a aderência da segunda, no sentido de uma legitimação de tal processo. Argumenta-se que essas diferenças decorrem das características e do grau de efetividade das formas ideológicas que permeiam a formulação de cada plano, isto é, a Social-Democracia ou o desenvolvimentismo no caso do PUB, e o neoliberalismo no caso do PDE. Para tanto, procura-se mostrar aqui a vinculação específica desses planos a suas respectivas conjunturas ideológicas.

Além de seu conteúdo claramente intervencionista, que propunha a organização de São Paulo por meio de grandes investimentos estatais em infra-estrutura, os paradigmas desenvolvimentistas do PUB podem ser resgatados se considerada sua relação com os ideais e a metodologia de planejamento difundidos por Louis-Joseph Lebreton e pela SAGMACS. Como se sabe, Lebreton e a SAGMACS desempenharam papel de grande relevância na formação do desenvolvimentismo brasileiro, em especial, na introdução de métodos de pesquisa e planejamento urbano. Alguns dos profissionais da SAGMACS, inclusive, foram integrantes de destaque nos quadros técnicos do PUB, como Mário Larangeira de Mendonça, Domingos

Theodoro de Azevedo Netto, Antonio Cláudio Moreira Lima e Moreira, Celso Lamparelli e Joaquim Guedes.

Adolfo Mendonça – filho de Mário Larangeira – considera que o ideário do Movimento Economia e Humanismo, concebido e liderado por Le Bret, teve grande importância na carreira de seu pai, assim como, na de seus colegas, tanto em aspectos morais quanto técnicos. Essa influência poderia ser observada na elaboração do PUB, que incorporou conceitos propostos por Le Bret, como a poli-nucleação da cidade, a relevância dada à questão gráfica, a multidisciplinaridade e a ênfase na participação popular (MENDONÇA, 2013).

De acordo com Antonio Claudio Moreira Lima e Moreira, além desses conceitos o PUB também lançou mão de uma metodologia desenvolvida pela SAGMACS. Tratava-se de critérios para definição de prioridades, que dividiam a infra-estrutura urbana em quatro categorias: essenciais, básicas, de conforto e as necessárias para a superação das condições existentes (MOREIRA, 2013).

Na compreensão de Yvonne Mautner – estagiária durante a elaboração do PUB –, grande parte da equipe técnica do plano tinha sua formação relacionada às instituições reformistas da Igreja Católica, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e o Movimento Economia e Humanismo. Emanava dessas experiências não apenas as posições políticas do grupo, mas também sua abordagem técnica e concreta dos problemas sociais (MAUTNER, 2013).

Segundo Domingos Theodoro de Azevedo Neto, as metodologias da SAGMACS embasaram a elaboração de planos como o do Governo Carvalho Pinto e o PUB. Por ser um dos primeiros ensaios de planejamento e de pesquisa urbana, a SAGMACS conferiu a seus integrantes uma expertise pouco comum até então, tornando-os profissionais muito requisitados no processo de planejamento governamental nas décadas de 1950 e 1960 (AZEVEDO, 2013).

Para o depoente, ainda, a concepção do plano relacionava-se diretamente à conjuntura do desenvolvimentismo. Além da influência da SAGMACS, o PUB refletia o contexto dos planos nacionais de desenvolvimento, sendo alguns de seus elaboradores, a propósito, egressos de experiências de planejamento como a Comissão Mista Brasil-EUA – episódio de grande importância no desenvolvimentismo brasileiro (AZEVEDO, 2013).

Assim, com a exploração das correspondências entre o desenvolvimentismo, o legado de Le Bret e as propostas sociais-democratas, é possível entender o PUB como emerso da mesma retórica que permeava, em meados do século XX, o movimento das ideias e do pensamento econômico no âmbito nacional e internacional. Trata-se, mais precisamente, da

forma ideológica própria do estágio intensivo de acumulação, vivenciada nas nações de capitalismo desimpedido como um discurso orgânico ao processo social, mas que no Brasil não passaria de uma idéia alheia ao arcabouço material da sociedade e seria, por isso, experimentada e eliminada sem maiores conseqüências.

O teor ideológico do PDE, por sua vez, pode ser buscado na relação direta estabelecida com estrutura institucional do País. A partir do final da década de 1980, a reformulação política do Brasil ecoou o ideário neoliberal, propugnando instrumentos de mercado, a descentralização e a desqualificação do Estado como a nova forma de ação coletiva. Legitimou-se, desse modo, a ordem social brasileira. Cabe ressaltar, contudo, que a verdadeira essência do neoliberalismo – reação ante ao aprofundamento da dialética do Mercado e do Estado (DEÁK, 2014) – em nada correspondeu situação brasileira – isto é, não traduzia a reprodução dos entraves ao pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Para Maria Teresa Grillo de Oliveira – arquiteta diretamente envolvida no processo de planejamento de São Paulo desde 1986, como funcionária da Prefeitura –, o fundo ideológico do plano era o neoliberalismo. Ainda que nas décadas de 1980 e 1990 o desmonte das construções sociais-democratas já fizesse parte dos debates sobre o planejamento urbano, as proposições neoliberais só se consolidariam em São Paulo no início dos anos 2000, com a aprovação do PDE (OLIVEIRA, 2013).

Conforme Oliveira, Remontando às concepções neoliberais, o plano procurava formalizar a atuação do Estado e estruturar a Cidade por meio de instrumentos de mercado, como as Parcerias Público-Privadas (PPP), as Operações Urbanas e a Outorga Onerosa. Buscava-se também, em alinhamento com o debate sobre a terceirização, a reorientação da ocupação do solo, priorizando usos comerciais e de serviços em detrimento de usos industriais (OLIVEIRA, 2013).

A incorporação dos novos conceitos, entretanto, representava mais uma inovação formal do que uma mudança na ação estatal. Apesar da crença de muitos profissionais nas PPP, nas Operações Urbanas e na Outorga Onerosa como instrumentos apropriados para a transformação da realidade urbana, pouco da proposta do PDE foi de fato discutida e abordada em termos técnicos, ignorando-se, portanto, – entre a maior parte dos planejadores – seus reais efeitos sobre a estruturação do espaço em São Paulo (OLIVEIRA, 2013).

Segundo José Marinho Nery da Silva Jr. – arquiteto da Prefeitura Municipal de São Paulo desde 1989 –, a administração de Marta Suplicy resgatou e legitimou, com o PDE, toda experiência neoliberal ensaiada em governos anteriores. As Operações Interligadas, criadas em 1986 e extintas 12 anos depois, foram substituídas e desburocratizadas pela

Outorga Onerosa, sendo também absorvidas e ampliadas as Operações Urbanas, que ocuparam grande parte do plano e sobrepuseram-se ao zoneamento proposto. Mesmo com a revisão do PDE, seu fundamento neoliberal não seria alterado, visto que ainda permeia o processo de reelaboração do plano (NERY JR., 2013).

Com base nos depoimentos, percebe-se, com maior clareza, como cada um dos planos refletia suas respectivas matrizes ideológicas. Enfim, é possível arrematar a conjectura desenvolvida ao longo de todo o trabalho. Uma vez que (1) as formulações sociais-democratas não corresponderam à prática social brasileira, enquanto as neoliberais a consolidaram, e (2) considerando o liame entre o PUB e a Social-Democracia, de um lado, e o PDE e o neoliberalismo, de outro, então (3) pode-se concluir porque iniciativas como PUB não se materializaram e outras, como o PDE, foram incorporadas e reafirmadas pela sociedade brasileira.

Como observa Csaba Deák (DEÁK, 2001), na história do planejamento urbano no Brasil, é recorrente a afirmação de que a inocuidade dos planos urbanísticos procede de seu conteúdo ilusório ou inoperável, sendo concebidos, assim, como instrumentos por si mesmos falhos e ineficazes. Tal entendimento, entretanto, é posto em questão pelo autor¹. Desse modo, em conformidade com a interpretação de Deák, este trabalho procura expor que, somente compreendidos como produtos de conjunturas ideológicas, cuja efetividade ou aderência é condicionada pela reprodução social no Brasil – a dialética da acumulação entravada –, é que os planos podem ser abordados em seus verdadeiros significados.

Isto é, defende-se, quanto ao PUB, que seu insucesso não foi devido a um simples equívoco de dimensionamento de recursos ou projetos. Na verdade, sua concepção fundamentou-se em estudos e projeções, muitas das quais se mostraram corretas, considerando o horizonte temporal de 1990. Também não é possível associar a proposta do plano a um discurso falacioso promovido em prol de classes que se beneficiariam com a manutenção da precariedade urbana em São Paulo, visto que seu conteúdo representava justamente a superação de tal ordem de coisas.

Quanto ao PDE, sustenta-se que o plano não constituiu uma tentativa de encobrir, sob um artifício ludibriante, as reais ações do Estado sobre o urbano. Ao contrário, foi a expressão mais clara do enaltecimento da estrutura e do processo de constituição da Cidade, característicos da dinâmica econômica e social brasileira.

Assim, o que se propõe é a interpretação de que a não execução do PUB reflete, na verdade, a impropriedade da ideologia social-democrata no Brasil, ao passo que a ampla aceitação do PDE corresponde à incorporação do neoliberalismo como um elemento de

perpetuação do status quo na ordem social brasileira. Dessa forma, perfaz-se o duplo objetivo do trabalho: abordar a história do planejamento urbano no Brasil por meio da vinculação com o movimento das ideias no País, e, ao mesmo tempo, explorar mais concretamente tal movimento com a análise das experiências de planejamento urbano.

Considerações finais

Este trabalho procurou expor os desdobramentos concretos das conjunturas ideológicas vivenciadas no País no último meio-século. Ensaiou-se, com isso, uma interpretação sobre a história do planejamento urbano no Brasil, explorando, com base no arcabouço teórico construído, aspectos como a falência das propostas preconizadas durante o período de 1930 a 1970, as limitações do tratamento atual das questões urbanas e as diferenças entre ambos os contextos.

Como discutido em sequência, a matriz ideológica social-democrata, embora formalmente vigente no Brasil em meados do século XX, foi frontalmente discrepante em relação ao princípio de reprodução da sociedade brasileira e, assim, qualquer iniciativa de planejamento decorrente de tal ideário não constituiu – nem poderia ter constituído – mais do que um projeto inconseqüente de reorganização da dinâmica econômica e social da nação. Já por outro lado, em face da pertinência, ainda que incidental, do ideário neoliberal ao processo de acumulação no Brasil, as propostas concebidas sob tal retórica ajustaram-se à prática efetiva do Estado brasileiro na perpetuação de entraves ao pleno desenvolvimento capitalista do País.

Tal é o que se pode perceber na análise do planejamento urbano em São Paulo, em especial do PUB-1968 e do PDE-2002, que representam o auge das duas fases do período considerado.. Dessa forma, defendeu-se que a não execução do primeiro plano deve-se ao descompasso entre a proposta – correspondente a uma forma ideológica própria de um estágio de acumulação ainda não alcançado pela nação – e o fundamento material que define, de fato, a estrutura urbana da cidade, reflexa da dinâmica econômica e social brasileira. De modo inverso, argumentou-se que a proposição do PDE-2002 logrou, por meio de um ideário fortuitamente aderente, a legitimação das ações precarizantes que resultam a configuração atual da Cidade.

Cabe a um trabalho futuro estender esta análise a outras realidades brasileiras, como ao caso do Rio de Janeiro, em que o cotejamento entre o Plano Doxiadis-1965 e o Plano Diretor Estratégico do Rio de Janeiro-1995 constitui exercício semelhante ao desenvolvido

aqui. Dessa maneira, será possível investigar a validade das considerações apresentadas acima em um conjunto mais amplo das iniciativas de planejamento urbano empreendidas no Brasil.

Por fim, reservam-se algumas notas sobre a perspectiva de desenvolvimento histórico que, de acordo com os pressupostos deste trabalho, delineia-se no País. Como exposto por Csaba Deák (Deák, 2010), a acumulação entravada no Brasil entrou em crise por volta dos anos 1980, com a exaustão do processo de assalariamento e, conseqüentemente, do processo de urbanização. Desse modo, a sociedade brasileira permanece no impasse: ou remove os entraves ao desenvolvimento de suas forças produtivas, adentrando o estágio intensivo de acumulação, ou, então, deixa de acumular e perde, assim, a característica de uma sociedade capitalista.

Com a incorporação do ideário neoliberal, o Estado brasileiro minimizou, por assim dizer, o desajuste entre seu discurso e sua prática. Ironicamente, tal feito acompanha o colapso da ordem social que se reproduz no Brasil desde o século XIX, quando o sistema colonial de base escravista deu lugar a uma economia de mercado, ainda que de desenvolvimento impedido.

Tal colapso implica não apenas uma reformulação institucional, mas, sobretudo, uma profunda modificação do Estado e da própria sociedade brasileira. Considerando os apontamentos feitos até aqui, entende-se que essa transformação só poderia adquirir o sentido de um capitalismo desimpedido com a recusa das construções neoliberais e, sobretudo, com o resgate do planejamento como a ação centralizada e propositiva do Estado, isto é, com a expansão da produção de infra-estruturas, como enunciado por iniciativas a exemplo do PUB.

Se durante a vigência da ideologia social-democrata no Brasil o planejamento não representou mais do que a elaboração dos chamados “planos de prateleira”, documentos desprovidos de qualquer efeito, isso não ocorreu devido ao seu conteúdo em si, mas sim à ausência das condições materiais para sua realização. A crise da acumulação entravada, ora em curso, não só estabelece as determinantes históricas para a efetivação dessa espécie de planejamento, como também o torna o único meio de enfrentar a indefinição que se apresenta ao Brasil de hoje e, em especial, à sua realidade urbana.

Nesse sentido, o planejamento, desacreditado ao longo das últimas três décadas, ressurgiu como algo mais necessário do que nunca. Se para muitos autores não há mais espaço para o planejamento, aqui se entende o contrário: este deveria ser o grande momento do planejamento. Insistir em sua desqualificação apenas redundaria na reprodução e na institucionalização da precariedade contra a qual todos os esforços bem intencionados se levantam.

Referências

AZEVEDO NETO, Domingos Theodoro. Depoimento. [16 de Julho de 2013]. São Paulo. Entrevista concedida ao autor.

DEÁK, Csaba. **À busca das categorias da produção do espaço**. São Paulo: Annablume, *no prelo*.

_____. **Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980**. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. **O processo urbano no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. **À busca das categorias da produção do espaço**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de livre-docência. São Paulo, 2001.

MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. Depoimento. [28 de Junho de 2013]. São Paulo. Entrevista concedida ao autor.

MENDONÇA, Adolfo. Depoimento. [29 de outubro de 2013]. São Paulo. Entrevista concedida ao autor.

MOREIRA, Antonio Claudio Moreira Lima e. Depoimento. [25 de Maio de 2013]. São Paulo. Entrevista concedida ao autor.

NERY JR., José Marinho Silva. Depoimento. [19 de dezembro de 2013]. São Paulo. Entrevista concedida ao autor.

OLIVEIRA, Maria Teresa Grillo de. Depoimento. [13 de Dezembro de 2013]. São Paulo. Entrevista concedida ao autor.
